

*Handwritten signature in blue ink.*

**ACORDO DE PARCERIA**  
entre a Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP  
e a Câmara Municipal de Ílhavo  
para a Requalificação Urbana e Ambiental  
da Frente Ria – Costa Nova - Biarritz

*Handwritten signature in blue ink, crossed out with a large 'X'.*

Considerando que:

- a) A Lei n.º 58/2005, de 29/12/2005 aprovou a Lei da Água e transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 200/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- b) A acima citada Lei n.º 58/2005 confere às Administrações de Região Hidrográfica, de acordo com a alínea a) do n.º 7 do artigo 9.º a faculdade de delegação nas Autarquias dos poderes de licenciamento e fiscalização de utilização de águas, bem como dos poderes para elaboração e execução de planos específicos de gestão das águas ou programas de medidas previstas nos art.ºs 30.º e 32.º, nomeadamente a protecção contra riscos de cheias, de acidentes graves e de rotura de infra-estruturas hidráulicas, mediante a prévia celebração de protocolos ou contratos de parceria.
- c) por outro lado, nos termos previstos no nº 1 do artº 34º da referida Lei, de entre as medidas previstas para a conservação e reabilitação da zona costeira e estuários, avultam as relacionadas com a reabilitação das margens e a protecção dos aglomerados urbanos contra os efeitos da erosão de origem hídrica, que devem ser executadas sob orientação da ARH do Centro, IP mas são da responsabilidade dos Municípios, como decorre do regime previsto na al. d) do nº 2 do referido artº 34º da Lei da Água.
- d) No âmbito das suas competências, ao Município de Ílhavo cumpre, nomeadamente, valorizar o seu património natural, promover a qualificação das condições de vida dos seus Munícipes e defender os aglomerados urbanos contra os perigos dos fenómenos da natureza;

NL.

- e) Cumprindo esse desígnio, o Município de Ílhavo há muito vem perspectivando executar uma profunda obra de qualificação ambiental e urbana da zona da “Biarritz” na Costa Nova, na freguesia da Gafanha da Encarnação, sendo que as ocorrências do temporal de 27 de Fevereiro de 2010 nesta zona, causaram danos graves em todo o enrocamento, que já então apresentava deficiências estruturais por força da erosão, evidenciaram a fragilidade do cordão dunar e determinaram a necessidade de promover já durante o ano de 2010 a execução da referida obra.
- f) Trata-se, neste caso, apenas da qualificação de uma obra de defesa por enrocamento, pré-existente, compatível com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e o Plano Director Municipal (PDM) de Ílhavo, que respeita integralmente quer o regime aplicável da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Rede Natura 2000.
- g) Obra, alias, cujo projecto foi oportunamente licenciado pela competente autoridade administrativa (actualmente a ARH do Centro, IP);
- h) Sendo que a sua execução física vai ocorrer na zona mais estreita, e por isso de maior risco, da península de terra (areia) existente entre a entrada da Barra do Porto e da Ria de Aveiro e a Praia de Mira, dando a esta intervenção um carácter de urgência, de grande relevância ambiental para o equilíbrio de toda a Ria de Aveiro (nomeadamente do denominado Canal de Mira), assim como para a segurança de pessoas e bens.
- i) A execução desta obra tem pois relevante interesse para a defesa desta linha de costa no que à erosão respeita, para a defesa do equilíbrio da Ria de Aveiro e para a sustentabilidade da zona urbana e das actividades económicas das povoações/praias da Costa Nova e da Barra, contribuindo de forma muito relevante para a estabilidade fisiográfica e para a sustentabilidade ambiental, territorial e patrimonial desta zona. Ao nível do património urbano devemos referir que nesta zona se situa o Palheiro de José Estêvão.



- j) O deslocamento da zona mais profunda do Canal de Mira para junto deste enrocamento do seu lado poente, provocou ao longo dos últimos anos, o desaparecimento da chamada “praia da Biarritz” e um efeito de grande desgaste e desmoronamento de quase todo o enrocamento, chegando em algumas zonas a abrir fendas e a provocar desabamentos de dimensão relevante da própria plataforma rodoviária que está próxima do enrocamento.
- k) É pois urgente construir um enrocamento quase todo novo, reabilitando o que resta do existente, para se conseguir sustentar o efeito erosivo provocado pela aproximação da zona mais profunda do Canal desta sua margem poente, com uma estrutura e um perfil adequado ao combate ao processo erosivo em curso, garantindo assim a devida e necessária sustentabilidade física desta zona da restinga de areia da península da Costa Nova e da Barra.
- l) A qualificação do arruamento e dos passeios agregados ao enrocamento, é uma intervenção integrada neste projecto e que em boa parte deriva dos danos que a obra marítima lhe vai causar (além daqueles que o processo erosivo já causou), além de ser uma acção óbvia por força da localização desta zona de intervenção que em termos paisagísticos é muito privilegiada. A reabilitação do enrocamento é pois uma intervenção profunda, que também determina a reformulação da via, adaptando-a à sua própria estrutura e dando-lhe características de funcionamento que se adaptam à sua localização em zona de risco.
- m) Esta é uma obra que visa responder a uma comprovada situação de risco, constituindo-se como uma medida de salvaguarda, sendo também requalificadora desta zona do litoral, e evidenciando um impacto positivo muito relevante para a salvaguarda de valores ambientais, para a segurança de pessoas e bens, e para a manutenção de actividades económicas (de entre as quais se destacam, a pesca, a aquicultura e o turismo).

*Handwritten signature*

- n) Depois das operações de investimento da Câmara Municipal de Ílhavo e de entidades governamentais nesta área do território, com apoio de Fundos Comunitários, ao nível das redes em baixa e em alta de saneamento básico, de qualificação e (re)vegetação de dunas, e de defesa costeira (do lado do Mar), este investimento assume para com esses investimentos um carácter complementar óbvio e necessário;
- o) A obra em causa foi candidatada pela Câmara Municipal ao apoio dos Fundos Comunitários do POVT/QREN (processo POVT-99-9999-POVT-000917).
- p) A gestão do espaço referido que integra o domínio público marítimo, cabe à Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP nos termos da Lei da água (Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro);

*Handwritten signature*

Entre a **Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP**, e a **Câmara Municipal de Ilhavo**, é celebrado o presente Acordo que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula 1ª.**

(Objecto)

Constitui objecto do presente Acordo de Parceria a colaboração entre os parceiros relativa à conservação e reabilitação da zona costeira de terrenos pertencentes ao domínio público hídrico (DPM) da margem da Ria na Costa Nova do Prado.

#### **Cláusula 2ª.**

(Competências delegadas na Câmara Municipal de Ílhavo)

Dentro da concretização das medidas previstas nos artigos 30º, 32º e 34º da Lei n.º 58/2005, de 29/12/2005 e das atribuições previstas, designadamente, nos artigos 13.º do DL n.º 226-A/2007, de 31 de Maio e artigo 9º, n.º 7, alínea a) da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, conjugado com o artigo 3º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, a Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP delega na Câmara Municipal de Ílhavo - e com vista ao desenvolvimento da operação de "Requalificação Urbana e Ambiental da Frente Ria – Costa Nova – Biarritz" objecto da candidatura ao POVT (POVT-99-9999-POVT-000917) - as necessárias competências para assegurar a conservação e reabilitação da zona costeira e estuários da Costa Nova do Prado, na Gafanha da Encarnação, Concelho de Ílhavo, assinalada na planta anexa.



### **Clausula 3ª.**

(Obrigações da Câmara Municipal de Ílhavo)

Constituem deveres da **Câmara Municipal de Ílhavo**:

- a) executar o projecto de requalificação urbana e ambiental da Frente Ria da Costa Nova;
- b) candidatar o projecto de execução material da referida obra aos apoios comunitários, designadamente ao Eixo II – Combate a erosão e Defesa Costeira do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) no âmbito do QREN.
- c) contratualizar e gerir do competente concurso publico de empreitada;
- d) suportar os encargos financeiros correspondentes à contrapartida nacional do custo da obra.

### **Clausula 4ª.**

(Obrigações da Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP)

Constitui dever da Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP proceder ao acompanhamento da execução da empreitada e assegurar a regularidade formal da obra com as disposições legais em vigor.

### **Cláusula 5ª.**

(Vigência do Acordo)

A vigência deste acordo está condicionada, para todos os efeitos, à aprovação da candidatura referida na alínea o) do preâmbulo da presente parceria e na cláusula 2ª, cessando os seus efeitos com a extinção de todas as obrigações decorrentes da lei e dos contratos celebrados, no âmbito de tal aprovação.

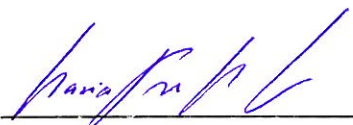

**Cláusula 7ª.**

**(Disposições finais)**

- 1 - Qualquer alteração ao presente Acordo de Parceria deve ser objecto de acordo entre todos os parceiros e formalizada por escrito.
- 2 - Este acordo rege-se pela lei vigente à data da sua celebração.
- 3 – É da responsabilidade da Câmara Municipal de Ílhavo a resolução de quaisquer litígios decorrentes de eventuais contratações que venha a fazer no âmbito da presente parceria e que se insira no objecto da mesma.

Feito em dois exemplares, ambos com o valor de originais e composto por seis páginas, devidamente assinadas por ambas as partes.

Coimbra, \_\_\_\_ de Outubro de 2010

A Presidente da ARH do Centro, IP	O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo
 (Prof. Doutora. Teresa Fidelis)	 (eng. José Agostinho Ribau Esteves)